



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

ANEXO XI

MINUTA
CONTRATO PMSG Nº ____/2022

Aos ____ (____) dias do mês de (____) do ano de 2022, o Município de São Gonçalo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Dr. Feliciano Sodré, nº 100, Centro, São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, doravante denominada **CONCEDENTE**, representado neste ato pela **Secretaria Municipal de Transporte**, conforme Decreto Municipal nº _____, na pessoa do(a) Sr(a) _____, brasileiro(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ expedida pelo _____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº _____, e do outro lado doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, estabelecida à _____ nº _____/_____, inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____ neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____, brasileiro(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pelo _____, inscrito no cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº _____ e, tendo em vista a decisão proferida no **Processo Administrativo nº 47.639/2022**, assinam o presente Contrato, o qual se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, particularmente pelas normas gerais consolidadas na Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e ainda pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DOS SERVIÇOS

1.1 Constitui o objeto deste CONTRATO a Contratação de empresa especializada para Implantação e Operacionalização do Sistema Rotativo de Estacionamento em vias e logradouros no Município de São Gonçalo/RJ – “ZONA AZUL”. De acordo com as especificações e os detalhamentos constantes no Projeto Básico e especificações técnicas, integrante do EDITAL.

1.2 O serviço será executado em 03 (três) fases de Implantação, quais sejam:

Item Fase	Nº de vagas	Prazo de implantação
1ª	2.021 (sendo: 1.451fixas e 570 temporárias)	90dias*
2ª	2.149 (todas fixas)	180dias*
3ª	300	Reserva técnica

(*) Prazo a contar da data de assinatura do contrato.

1.3 Todas as vagas estão destinadas ao estacionamento rotativo, sendo:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

1.4 **Vagas fixas:** vagas indicadas como setor azul no quadro de detalhamento de vagas, subitem 1.1.1. são denominadas fixas por estarem localizadas em vias que já são utilizadas para o estacionamento regular.

1.5 **Vagas temporárias:** vagas indicadas como setor vermelho/temporárias no quadro de detalhamento de vagas. São temporárias porque estão localizadas no antigo leito ferroviário, que passa ao longo da Av. Presidente Kennedy, e poderão ser retiradas do contrato a qualquer tempo pela Administração Pública. Esta área, de grande importância para a mobilidade do centro da cidade, poderá ser contemplada com projeto de metrô, BRS, BRT ou outros projetos de conveniência para a municipalidade. As vagas remanescentes após a implantação de qualquer projeto poderão ser exploradas pelo estacionamento rotativo.

1.6 De fato, São Gonçalo garantirá a exploração da contagem mínima de 3.600 vagas fixas implantadas na fase 1 (Área Central e Alcântara) e fase 2 (Jardim Alcântara, Coelho, Rocha, Paraíso, Gradim, Trindade e Nova Cidade). A fase 3 dependerá da necessidade, bem como de estudos e pesquisas levantadas pela SEMTRAN - Secretaria Municipal de Transportes. No que tange à fase 3 a quantidade é reservada para aumento de vagas e inclusão de áreas de fuga, assim consideradas aquelas pela qual os usuários utilizam para estacionar os veículos após a área demarcada para estacionamento regulamentado.

1.7 As 570 vagas localizadas no antigo leito ferroviário (Av. Presidente Kennedy) serão concedidas em caráter temporário, e serão utilizadas pelo estacionamento rotativo até que o Município necessite utilizar este espaço para a implementação de outro projeto.

1.8 Para cada fase será emitida uma Ordem de Serviço, sendo que todos os prazos abaixo descritos referem-se à data de emissão da ordem de serviço:

- Implantação/operação de 2.021 vagas (Área Central e Alcântara) em até 90 dias;
- Implantação/operação demais 2.149 vagas (Jardim Alcântara, Coelho, Rocha, Paraíso, Gradim, Trindade e Nova Cidade) em até 90 dias após a primeira fase.
- Ampliação e consequente operação de 300 (trezentas) vagas caso necessário, prazo a ser definido pela SEMTRAN- Secretaria Municipal de Transportes.

1.9 Do total de vagas, 2% serão reservadas para pessoas com deficiência e 5% para idosos, nos termos das Resoluções 304 e 305 do CONTRAN. O fato de terem prioridade de estacionamento, seja como PNE, ou seja, como IDOSO, não isenta os usuários quanto ao pagamento pelo uso do tempo de estacionamento.

1.10 As vias públicas destinadas ao sistema de estacionamento rotativo, denominado ZONA AZUL, serão devidamente sinalizadas através de placas de regulamentação e/ou pintura no solo e, serão definidas pela SEMTRAN - Secretaria Municipal de Transportes e poderão ser ampliadas e/ou remanejadas a critério da Municipalidade.

1.11 A empresa concessionária deverá fornecer e instalar as sinalizações viárias



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

horizontais e verticais reguladoras do estacionamento rotativo; fornecer, instalar e fazer funcionar o sistema de cobranças nas vias e logradouros previstos no art. 2º do Decreto nº 374/2022, disponibilizando acesso, automaticamente, ao Órgão Executivo de Trânsito (Secretaria Municipal de Transportes), bem como realizar todas as obras que se fizerem necessárias a operação da concessão.

1.12 As vagas relacionadas dizem respeito apenas àquelas que devem ser remuneradas, não estando incluídas as isenções e tolerâncias, conforme previsto na legislação.

1.13 A concessão obedecerá ao disposto Lei Municipal nº 1.251, de 24 de agosto de 2021, que dispõe sobre o estacionamento remunerado de veículos em logradouros públicos, o Decreto nº 374/2022, que regulamentação do estacionamento rotativo de São Gonçalo - ZONA AZUL – nas vias do município de São Gonçalo e o Projeto Básico desenvolvido pela Secretaria Municipal de Transportes

1.14 Com a garantia da rotatividade das vagas é possível que o poder público engrene toda a economia atrelada à área de implantação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DO CONTRATO DE CONCESSÃO

2.1 A vigência do contrato por suas características será de 15 (quinze) anos, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, apenas uma vez, caso haja previsão legal e interesse entre as partes, conforme inciso I, do artigo 5º, da Lei nº 11.079/04.

2.2 O contrato terá análise de viabilidade anual, da qual será processado especialmente o grau de eficiência do sistema podendo caso a SEMTRAN - Secretaria Municipal de Transportes julgue ineficiente serem exigidas as correções, sendo que uma vez não atendidas poderão provocar a rescisão do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA

3.1 Locais para implantação

Os locais para a implantação e exploração dos estacionamentos estão definidos no mapa e planilha de localização, sendo estes pertencentes todos a 1ª e 2ª fases. As vias para a 3ª fase serão definidas posteriormente.

As vias onde deverá ocorrer a implantação da 1ª e 2ª fase são as seguintes:

3.1.1 Quadro de Detalhamento de Vagas

NOME DO LOGRADOURO, BAIRRO, TIPO, POSIÇÃO E QUANTIDADE

Logradouro	Bairro	Setor	Posição	Vagas
------------	--------	-------	---------	-------



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

1ª fase				
Área Central				
Rua Presidente Dutra	Estrela do Norte	Azul	Par	20
Rua Presidente Dutra	Estrela do Norte	Azul	Ímpar	20
Trav. Cristo Redentor	Estrela do Norte	Azul	Ímpar	20
Rua Antônio Santos Figueiredo	Centro	Azul	Ímpar	21
Rua Jorge Soares	Centro	Azul	Par	20
Rua Eduardo Vieira de Souza	Centro	Azul	Par	21
Rua Eduardo Vieira de Souza	Centro	Azul	Par	12
Rua João de Souza	Centro	Azul	Par	30
Rua Cel. Rodrigues	Centro	Azul	Ímpar	30
Rua Machado de Assis	Centro	Azul	Ímpar	20
Rua Dr. Feliciano Sodré	Centro	Azul	Par	6
Vila José Augusto Domingues	Centro	Azul	Par	8
Rua Lourenço Abrantes	Centro	Azul	Ímpar	10
Rua Beatriz de Sá Couto	Centro	Azul	Ímpar	15
Alameda Pio XII	Centro	Azul	Direito	42
Praça do Pronto Socorro	Centro	Azul	Direito	5
Rua Ver. Clemente de Souza e Silva	Zé Garoto	Azul	Direito	80
Rua Zaumir Jesus da Silveira	Zé Garoto	Azul	Direito	8
Rua Zaumir Jesus da Silveira	Zé Garoto	Azul	Esquerdo	8
Trav. Ormindia Azevedo	Zé Garoto	Azul	Par	15
Rua Amália de Souza	Zé Garoto	Azul	Par	20
Trav. Zulmira	Zé Garoto	Azul	Par	10
Rua Rodrigues da Fonseca	Zé Garoto	Azul	Par	20
Trav. Leonidia	Zé Garoto	Azul	Par	10
Trav. Jurema	Zé Garoto	Azul	Par	45
Rua Sidnei Monteiro	Estrela do Norte	Azul	Par	12
Trav. Perido Santos	Estrela do Norte	Azul	Ímpar	10
Trav. Manoel Braga	Centro	Azul	Esquerdo	15
Rua Simião Custódio	Centro	Azul	Ímpar	18
Trav. Zeferino Reis	Centro	Azul	Ímpar	18
Rua Gianelli	Centro	Azul	Par	60
Rua Gervásio Neri	Centro	Azul	Par	8



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

Rua Gervásio Neri	Centro	Azul	Par	14
Trav. São Gonçalo	Centro	Azul	Ímpar	25
Trav. Francisco Malafaia	Centro	Azul	Par	48
Trav. Célio Gouveia	Centro	Azul	Par	15
Rua Sá Carvalho	Centro	Azul	Ímpar	20
Rua Espírito Santo	Brasilândia	Azul	Par	30
Rua Sergipe	Brasilândia	Azul	Par	8
Rua Rio Grande do Sul	Brasilândia	Azul	Par	34
Rua General Barcelos	Brasilândia	Azul	Par	20
Av. Presidente Kennedy (via Metrô)	Estrela do Norte	Vermelh a	Metrô	40
Av. Presidente Kennedy (via Metrô)	Estrela do Norte	Vermelh a	Metrô	34
Av. Presidente Kennedy (via Metrô)	Estrela do Norte	Vermelh a	Metrô	7
Av. Presidente Kennedy (via Metrô)	Estrela do Norte	Vermelh a	Metrô	5
Av. Presidente Kennedy (via Metrô)	Centro	Vermelh a	Metrô	38
Av. Presidente Kennedy (via Metrô)	Centro	Vermelh a	Metrô	47
Av. Presidente Kennedy (via Metrô)	Centro	Vermelh a	Metrô	45
Av. Presidente Kennedy (via Metrô)	Centro	Vermelh a	Metrô	36
Av. Presidente Kennedy (via Metrô)	Centro	Vermelh a	Metrô	36
Av. Presidente Kennedy (via Metrô)	Centro	Vermelh a	Metrô	83
Av. Presidente Kennedy (via Metrô)	Centro	Vermelh a	Metrô	48
Av. Presidente Kennedy (via Metrô)	Centro	Vermelh a	Metrô	5
Av. Presidente Kennedy (via Metrô)	Centro	Vermelh a	Metrô	146
				1.441
Área do Alcântara				
Rua Adolfo Brum	Pedro de Alcântara	Azul	Ímpar	45



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

Rua Ernesto Cal	Raul Veiga	Azul	Ímpar	17
Rua Ernesto Cal	Raul Veiga	Azul	Par	17
Rua Marinho dos Santos	Raul Veiga	Azul	Ímpar	24
Rua Arnulfo Cardoso	Raul Veiga	Azul	Par	11
Rua Joaquim Laranjeira	Raul Veiga	Azul	Ímpar	18
Rua Augusto Franco	Vila Três	Azul	Par	15
Rua Gustavo Mayer	Vila Três	Azul	Par	20
Rua Concórdia	Pedro de Alcântara	Azul	Direito	20
Rua Concórdia	Pedro de Alcântara	Azul	Esquerdo	26
Rua Antônio Alves	Pedro de Alcântara	Azul	Ímpar	15
Rua Antônio Alves	Pedro de Alcântara	Azul	Par	15
Rua Cap. Justiniano de Faria	Pedro de Alcântara	Azul	Direito	20
Rua Cap. Justiniano de Faria	Pedro de Alcântara	Azul	Esquerdo	13
Rua Cap. Antônio Martins	Pedro de Alcântara	Azul	Ímpar	8
Rua Cap. Antônio Martins	Pedro de Alcântara	Azul	Par	18
Rua Antônio Grilo	Pedro de Alcântara	Azul	Par	15
Rua Antônio Grilo	Pedro de Alcântara	Azul	Ímpar	15
Rua Nair de Andrade	Pedro de Alcântara	Azul	Ímpar	27
Rua Artur Silva	Pedro de Alcântara	Azul	Ímpar	40
Rua João Cesarino	Pedro de Alcântara	Azul	Par	20
Rua João Cesarino	Pedro de Alcântara	Azul	Ímpar	20
Praça Ataulfo Alves	Pedro de Alcântara	Azul	Circ.	20
Rua Custódio de Oliveira	Pedro de Alcântara	Azul	Par	19
Rua Luiza Alves da Rocha	Pedro de Alcântara	Azul	Ímpar	12
Rua José Moreira	Pedro de Alcântara	Azul	Par	16
Trav. Circular	Pedro de Alcântara	Azul	Par	14
Rua Dr. Alfredo Backer	Pedro de Alcântara	Azul	Ímpar	21
Rua Dr. Alfredo Backer	Pedro de Alcântara	Azul	Ímpar	14
Rua Jovelino de Oliveira Viana	Pedro de Alcântara	Azul	Esquerdo	25
				580
2ª fase				
Área do Jard. Alcântara e Coelho				
Av. Jornalista Roberto Marinho	Jardim Alcântara	Azul	Par	8
Av. Jornalista Roberto Marinho	Jardim Alcântara	Azul	Recuo	42
Rua Francisco Campos	Jardim Alcântara	Azul	Par	24
Rua Francisco Campos	Jardim Alcântara	Azul	Ímpar	28



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

Rua Cap. Juvenal Figueiredo II	Jardim Alcântara	Azul	Par	41
Rua Cap. Juvenal Figueiredo II	Jardim Alcântara	Azul	Ímpar	100
Rua Cap. Juvenal Figueiredo II	Jardim Alcântara	Azul	Par	66
Rua Cap. Juvenal Figueiredo II	Jardim Alcântara	Azul	Ímpar	15
Rua Cap. Juvenal Figueiredo II	Jardim Alcântara	Azul	Ímpar	18
Rua Tem. Carlos Augusto	Jardim Alcântara	Azul	Ímpar	8
Rua Maria Moraes III	Jardim Alcântara	Azul	Ímpar	8
Rua Felinto Macedo	Jardim Alcântara	Azul	Par	20
Rua Cap. Juvenal Figueiredo I	Coelho	Azul	Direito	64
Rua Cap. Juvenal Figueiredo I	Coelho	Azul	Esquerdo	205
Rua Cap. Juvenal Figueiredo I	Coelho	Azul	Esquerdo	20
Rua Cap. Juvenal Figueiredo I	Coelho	Azul	Esquerdo	10
Rua Jacinto Rebelo	Coelho	Azul	Ímpar	13
				690
Área do Rocha				
Rua Ary Barroso	Rocha	Azul	Ímpar	15
Av. Pres. H. Alenc. Castelo Branco	Rocha	Azul	Ímpar	10
Rua Salvatori	Rocha	Azul	Ímpar	42
Rua Salvatori	Rocha	Azul	Ímpar	13
Rua Salvatori	Rocha	Azul	Par	12
Trav. Antonio Guedes	Rocha	Azul	Ímpar	7
Rua Antônio Figueiredo	Rocha	Azul	Ímpar	15
Rua Mariano Garcia	Rocha	Azul	Ímpar	15
Rua Antônio Guedes	Rocha	Azul	Ímpar	10
Rua Guilhermina Maia	Rocha	Azul	Par	15
Rua Salvatori	Rocha	Azul	Par	30
Rua Moreira Façanha	Rocha	Azul	Ímpar	15
Rua Prof. Marconi	Rocha	Azul	Ímpar	12
Rua Dr. Salk	Rocha	Azul	Ímpar	15
Rua Luis Pasteur	Rocha	Azul	Ímpar	15
Rua Lourenço Furtado de Mendonça	Rocha	Azul	Ímpar	15
				256
Área do Paraíso e Gradim				
Rua Fontes	Paraíso	Azul	Par	30
Rua Fontes	Paraíso	Azul	Ímpar	23
Rua Dona Josefina	Paraíso	Azul	Ímpar	10
Rua Dr. Ibérico	Paraíso	Azul	Ímpar	12



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

Rua Visconde de Itaúna	Paraíso/Gradim	Azul	Ímpar	108
Trav. Maria Isabel	Gradim	Azul	Ímpar	10
Trav. Cecília	Gradim	Azul	Ímpar	12
Av. Washingthon Luis	Gradim	Azul	Ímpar	20
Rua Dr. Gradim	Porto da Madame	Azul	Ímpar	73
Rua Cap. Inácio da Silva	Porto da Madame	Azul	Ímpar	46
Rua Antenor Martins	Porto da Madame	Azul	Ímpar	28
Av. Monsueto Guimarães	Porto da Madame	Azul	Ímpar	25
Trav. Heitor de Mendonça	Porto da Madame	Azul	Ímpar	50
Rua Felício Palmier	Porto da Madame	Azul	Ímpar	20
Rua Maj. Manoel Faria	Paraíso	Azul	Par	26
Rua Tomaz Quintanilha	Paraíso	Azul	Ímpar	30
Rua Ercilha Figueiredo	Paraíso	Azul	Ímpar	20
				543
Área da Trindade e Nova Cidade				
Rua Bernardo Lima	Trindade	Azul	Par	10
Rua Piracicaba	Trindade	Azul	Ímpar	22
Rua Araxá	Trindade	Azul	Par	30
Rua Lambari	Trindade	Azul	Par	32
Rua José Silva Lopes	Trindade	Azul	Par	20
Rua Itaocara	Trindade	Azul	Par	15
Rua Araruama	Trindade	Azul	Par	10
Rua Iguaba	Trindade	Azul	Par	10
Rua Porto Alegre	Trindade	Azul	Par	10
Rua Porto Alegre	Trindade	Azul	Par	14
Rua Saquarema	Trindade	Azul	Par	14
Rua Ouro Preto	Trindade	Azul	Ímpar	20
Rua Rio de Janeiro	Trindade	Azul	Par	20
Rua Rio de Janeiro	Trindade	Azul	Ímpar	20
Rua Justo Brito Sanches	Trindade	Azul	Par	22
RuaVitória	Trindade	Azul	Ímpar	10
RuaVitória	Trindade	Azul	Ímpar	10
Rua Barra do Piraí	Trindade	Azul	Par	7
Rua Macapá	Trindade	Azul	Par	15
Av. José Mana Júnior	Trindade	Azul	Par	40
Av. Dr. Humberto Soeiro Carvalho	Trindade	Azul	Par	40
Estrada da Trindade	Trindade	Azul	Par	20



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

Rua Araras	Trindade	Azul	Par	12
Rua Ilhéus	Trindade	Azul	Ímpar	15
Rua Cambuquira	Trindade	Azul	Par	20
Rua Mário Marroco	Nova Cidade	Azul	Par	28
Rua Manoel Serrão	Nova Cidade	Azul	Ímpar	12
Rua Alberto Paiva	Nova Cidade	Azul	Ímpar	22
Rua Alberto Paiva	Nova Cidade	Azul	Par	12
Rua Visconde de Sepetiba	Nova Cidade	Azul	Ímpar	16
Rua Monsenhor Rocha	Nova Cidade	Azul	Ímpar	16
Rua Major Sampaio	Nova Cidade	Azul	Ímpar	12
Rua Alexandre Cruz	Nova Cidade	Azul	Par	20
Rua Dr. Nilo Peçanha	Nova Cidade	Azul	Par	17
Rua Sargento Barbosa	Nova Cidade	Azul	Ímpar	14
Rua Ten. Bráulio	Nova Cidade	Azul	Ímpar	10
Rua Comandante Didier	Nova Cidade	Azul	Ímpar	8
Trav. Carlos Cruz	Nova Cidade	Azul	Ímpar	15
				660

Obs: Área azul – vagas fixas permanentes;
Área vermelha – vagas temporárias.

3.1.2 Conforme estabelecido o 3ª Lote será implantado apenas em caso de ampliação ou cobertura de áreas de fuga, sendo que sua aplicação dependerá de estudo levantamento e mapeamento pela Secretaria Municipal de Transportes.

3.1.3 Outros locais, em vias inseridas ou limítrofes das áreas definidas e não relacionadas anteriormente, poderão ser incluídos como parte da 3ª fase, por solicitação da concessionária, levando-se em consideração a viabilidade econômico-financeira de sua implantação.

3.2 Fiscalização do sistema de Estacionamento

3.2.1 A empresa concessionária deverá disponibilizar no mínimo 1 (um) monitor para cada 150 (cento e cinquenta) vagas operacionais. Tais monitores deverão fazer a fiscalização prévia através telefone móvel com impressora *in locu*, e notificando veículos que eventualmente não tenham pago o ticket de estacionamento.

3.2.2 O monitor, através de terminal portátil de impressão, emitirá a Notificação administrativa de não pagamento no valor de 20 (vinte) horas referente à vaga em que o veículo esteja estacionado, tendo o usuário 48 (quarenta e oito) horas corridas para fazer o pagamento da notificação diretamente na central ou em postos de atendimento da concessionária. Caso não ocorra o pagamento do estacionamento outrora utilizado, caberá ao Poder Concedente através da SEMTRAN - Secretaria Municipal de Transportes se utilizar de instrumentos legais fazer cumprir o que preceitua o CTB, autuando o usuário infrator.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

3.2.3 Caberá ao poder concedente, através da SEMTRAN - Secretaria Municipal de Transportes exercer exclusivamente a supervisão da utilização do sistema de modo garantir a rotatividade máxima das vagas, através dos procedimentos adotados com vistas a socializar a maior oferta de vagas.

3.2.4 Caberá ao Poder Concedente fiscalizar os usuários de vagas públicas de estacionamento no município de São Gonçalo/RJ, através de seus instrumentos legais, fazendo cumprir o que preceitua o CTB, autuando e aplicando a medidas administrativas aos infratores que eventualmente desrespeitarem o Sistema Rotativo de Estacionamento Público.

3.2.5 A Concedente deverá ter a possibilidade de conferir e auditar o sistema implantado, acessando os registros das transações operacionais e a exploração dos serviços objeto desta concessão.

3.3 Das Disposições de Horários e Permanência:

3.3.1 Conforme determina o Decreto n.º 374/2022, o tempo máximo de permanência na mesma vaga, por um veículo, será de 04 (quatro) horas no setor azul e 02 (duas) horas na vaga rotativa do setor vermelho, sendo que ao final deste prazo, o veículo deverá sair da vaga.

3.3.2 O sistema deverá oferecer a possibilidade de comunicar, administrativamente, o usuário que eventualmente não tenha pagado a tarifa de estacionamento, ou que esteja com o prazo de estacionamento vencido, sendo essa notificação tarifária no valor referente a 20 (vinte) horas de utilização do estacionamento.

3.3.3 O horário de estacionamento na vaga compreenderá o período das 7h00min às 20h00min horas, de segunda a sábados, ficando isentos aos domingos e feriados. Ampliações ou reduções no horário de funcionamento do estacionamento poderão ocorrer mediante acordo entre o Poder Concedente e a Concessionária.

3.3.4 A Secretaria Municipal de Transportes poderá estabelecer horários diferenciados para a exploração do serviço, distintos daqueles previstos, nos setores do entorno de estabelecimentos de ensino, saúde e carga e descarga, com demanda por estacionamento em vias e logradouros públicos.

3.3.5 Ficam isentos da cobrança da tarifa de estacionamento rotativo:

- I. Veículos oficiais dos três poderes, no âmbito Federal, Estadual e Municipal;
- II. Os veículos da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e as ambulâncias;
- III. Os veículos prestadores de serviços de utilidade pública, quando se encontrarem em efetiva operação, no local de prestação dos serviços a que se destinam, devidamente identificados pela energização ou acionamento do dispositivo luminoso intermitente ou rotativo;
- IV. Motocicletas, desde que estacionadas nos locais regulamentados por sinalização específica.

3.3.6 Para efeito de estimativa de receita foram considerados as isenções acima relacionadas, e constatado que não causam impacto relevante.

3.3.7 São considerados veículos prestadores de serviço de utilidade pública:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

- a) Os destinados à manutenção e reparo de redes de energia elétrica, de água e esgotos, de gás combustível canalizado, de telecomunicações e de comunicações telefônicas;
- b) Os que se destinam à conservação, manutenção e sinalização viária, quando a serviço de órgão executivo e trânsito;
- c) Os destinados ao socorro mecânico de emergência nas vias abertas à circulação pública;
- d) Os veículos especiais destinados ao transporte de valores, inclusive dos correios quando voltados e essa finalidade;
- e) Os veículos destinados ao serviço de escolta, quando registrados em órgão rodoviário para tal finalidade;
- f) Os veículos de aluguel que prestam serviços públicos mediante concessão, permissão ou autorização do poder concedente.

3.3.8 Os veículos isentos da cobrança da tarifa de estacionamento rotativo para fazer uso deste direito deverão estar devidamente identificados.

3.3.9 O uso de vagas por tempo diferente do limite estabelecido, para atendimento de serviços de utilização especial deverá ser requerido junto a SEMTRAN - Secretaria Municipal de Transportes com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis.

3.3.10 O requerimento será protocolizado na SEMTRAN - Secretaria Municipal de Transportes, com indicação do serviço a ser realizado, número de vagas necessárias, equipamento a ser empregado e prazo de duração do serviço.

3.3.11 A Secretaria Municipal de Transportes deverá informar a empresa concessionária sobre os veículos previamente autorizados pelo poder concedente sobre a permanência nas vagas autorizadas.

3.4 Das disposições das Tarifas e Valores de Referência

3.4.1 A gestão das vagas de estacionamento rotativo de veículos deverá ser feita por meio de controle automatizado e informatizado, através de equipamento eletrônico de estacionamento, que permitam fácil usabilidade por parte dos usuários, e gestão on-line de sua utilização, aferição em tempo real das receitas e auditoria permanente por parte do poder concedente.

3.4.2 Para a utilização das vagas para estacionamento, o usuário pagará valor mínimo equivalente a duas horas. O tempo máximo de utilização da vaga será de 2 (dois) períodos ou 04 (quatro) horas para a área azul e 02 (duas) horas para a área vermelha.

3.4.3 O sistema deverá comportar ao menos 02 (duas) maneiras de comercialização de tempo, sendo que todas as modalidades ofertadas deverão estar integradas no mesmo sistema, conforme determina o artigo 12 da Lei 1251/21 - O sistema de cobrança do Estacionamento Rotativo poderá ser feito:

- I – dispositivo eletrônico usado para controle de estacionamento rotativo em vias públicas;
- II – por pessoa jurídica com sede no município, em postos de venda credenciados pelo Órgão Executivo de Trânsito;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

III – por aplicativo ou qualquer meio tecnológico aprovado pelo Órgão Executivo de Trânsito.
IV - por meio de aparelho remoto via sistema on-line de comunicação, através de funcionários cadastrados e identificados da Zona Azul junto ao Órgão Executivo de Trânsito, ou diretamente pelo usuário via sistema on-line de aplicativo.

3.4.4 Os dispositivos de pagamento da utilização do estacionamento deverão possuir ao menos uma opção que suporte a inserção de tickets de unidade de tempo, na forma em que cada Ticket corresponda a 2 (duas) horas não podendo ser fracionado.

3.4.5 Conforme determina o Decreto n.º 374/2022 e para fins do processo licitatório de concessão deverão ser adotados os valores abaixo como referência de valores aceitáveis na proposta das empresas concorrentes:

SETOR AZUL (vagas fixas)

02 (duas) hora.....R\$ 2,50;

04 (quatro) hora -----R\$ 5,00.

SETOR VERMELHO (vagas provisórias)

02 (duas) horas -----R\$3,00;

3.4.6 Para a permanência de caçambas nas vagas de estacionamento será cobrado valor diário equivalente a 03 (três) horas do preço público, que deverá ser pago antecipadamente na empresa concessionária e incidirá de segunda-feira a sábado, ficando isento o pagamento nos domingos e feriados.

3.4.7 As caçambas que se encontrarem ocupando vagas do estacionamento rotativo durante o horário de funcionamento do serviço e que não estejam efetuando o pagamento, serão removidas ao depósito público pelos agentes públicos competentes, sujeitando o seu proprietário ao recolhimento dos valores relativos aos custos de transporte, armazenamento e o pagamento das horas que utilizou o espaço, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei.

3.5 Dos Reajustes

3.5.1 A tarifa, por ato do Chefe do Poder Executivo, poderá ser reajustada anualmente pelo IPCA ou índice que vier a substituí-lo ou corrigida após um ano de contrato e após demonstrado pela concessionária, através de planilha própria, que existe desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

3.6 Cronograma de Implantação

3.6.1 A concessionária deverá apresentar juntamente com sua Proposta Comercial cronograma contendo no mínimo os seguintes eventos e atendendo os prazos máximos informados abaixo:

Cronograma de Implantação (modelo) Prazo máximo em dias após assinatura do contrato

1. Projeto de Funcionamento e Operação: 40 dias;
2. Projeto Executivo de sinalização 1ª fase: 50 dias;
3. Entrega da sinalização 1ª fase: 90 dias;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

4. Início de Operação 1ª fase: 90 dias;
5. Apresentação de Plano de Mídia: 30 dias;
6. Instalação da sede: 60 dias;
7. Instalação de central de Atendimento: 75 dias.
8. Projeto Executivo de sinalização 2ª fase: 50 dias após a operação da 1ª fase;
9. Entrega da sinalização 2ª fase: 90 dias após a operação da 1ª fase;
10. Início de Operação 2ª fase: 100 dias após a operação da 1ª fase.

CLÁUSULA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

4.1 O presente CONTRATO de CONCESSÃO fica vinculado ao EDITAL de Concorrência 019/2022 e seus anexos.

4.2 Os atributos discriminados nos Anexos do EDITAL de Concorrência nº 019/2022 e deste CONTRATO de CONCESSÃO que tenham sido atendidos pela CONCESSIONÁRIA em sua proposta, ficam, automaticamente, fazendo parte das obrigações deste Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DO INÍCIO DA OPERAÇÃO

5.1 A partir do início da operação, a CONCESSIONÁRIA deverá contar com equipamentos e recursos humanos integralmente disponíveis, atendendo a todas as especificações mínimas estabelecidas no EDITAL e seus anexos.

5.2 A CONCESSIONÁRIA deverá cumprir os requisitos mínimos e as especificações constantes no EDITAL e seus anexos, neste CONTRATO, e demais compromissos assumidos na PROPOSTA.

CLÁUSULA SEXTA – DO REPASSE

6.1 O repasse mensal da empresa vencedora para a Prefeitura não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) da arrecadação total do serviço.

6.2 Os repasses mensais deverão ser pagos até o dia 20 (vinte) do mês subsequente, e calculados em função da arrecadação do mês anterior.

6.3 O não pagamento das parcelas mensais do repasse por três meses seguidos ou o não pagamento dos repasses mensais por três meses intercalados implicará na imediata rescisão do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

7.1 Da Obrigação da Sinalização



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

7.1.1 A concessionária deverá prestar serviço de sinalização viária horizontal, vertical das vagas e sua manutenção na área de estacionamento de abrangência descrita neste projeto, assim como: divulgação, organização, venda e controle das vagas ofertadas, distribuídas em três fases, podendo ainda ser ampliada à quantidade de vagas, a critério da SEMTRAN – Secretaria Municipal de Transportes.

7.1.2 A empresa vencedora deverá ser capaz de fornecer sistema informatizado para a gestão da utilização das vagas, bem como todos os controles financeiros e gerenciais do estacionamento rotativo pago. A operação deverá ser feita com a utilização de sistema capaz que possua banco de dados informatizado, sistema eletrônico de fiscalização, assistência técnica com pessoal qualificado e em tempo integral de fiscalização, pessoal para monitoramento das vagas e venda aos usuários eventuais.

7.2 Características básicas do sistema a ser implantado (apresentar antes do início da operação do sistema)

7.2.1 A concessionária deverá dimensionar solução tecnológica para controle do uso remunerado das vagas de estacionamento rotativo de forma a prover uma solução completamente funcional em perfeitas condições de operação.

7.2.2 O sistema deverá atender aos usuários do Município de São Gonçalo/RJ, seja ele eventual ou regular, possibilitando inserção digital on-line via aplicativo móvel ou reconhecimento automático dos dados do veículo, monitoramento das vagas ocupadas e informação eletrônica das irregularidades à fiscalização. Permitir a comercialização através de equipamentos eletrônicos portáteis, além de permitir expedição de notificações quanto ao não pagamento do Ticket de utilização do estacionamento e/ou o extrapolamento do tempo de estacionamento, com utilização de monitoramento pessoal das áreas de maneira a permitir total controle da operação, arrecadação, aferição imediata de receitas e acompanhamento permanente pelo Município de São Gonçalo.

7.2.3 Todos os equipamentos utilizados na concessão deverão ser novos e de primeiro uso. Em fase anterior à implantação a Concessionária deverá por sua conta, realizar estudo prévio de levantamento técnico para verificação situacional dos locais contemplados com a solução, estudo de disposição e posicionamento das vagas, plano de numeração das vagas, definição do posicionamento dos componentes da solução tecnológica, estudo de distribuição dos pontos de venda credenciados, levantamento dos requisitos tecnológicos e outros insumos necessários com posterior confecção de documentação técnica a ser apresentada e aprovada pela SEMTRAN -Secretaria Municipal de Transportes, contemplando no mínimo: plano de execução, planejamento de manutenção continuada, planejamento do tempo, escopo, risco, custo, disposição das vagas, numeração e locais de instalação dos equipamentos.

7.2.4 A Concessionária deverá apresentar um sistema eletrônico para exploração da área tarifada que deverá contemplar os seguintes componentes mínimos: equipamentos eletrônicos para controle, dispositivos computacionais portáteis para fiscalização da área



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

tarifada, sistema central (software) gerenciador da solução de estacionamento rotativo.

7.2.5 A solução de estacionamento rotativo proposta pela Concessionária deverá abranger os seguintes itens:

- a) central de Gerenciamento, Monitoramento e Controle.
- b) possibilidade de no mesmo sistema gerenciador central gerenciar e controlar a aferição da arrecadação do município, emissão de relatórios gerenciais a respeito da taxa de ocupação e respeito da área tarifada.
- c) prever toda comunicação de dados entre os dispositivos da solução;

7.2.6 A Concessionária deverá fornecer um sistema completamente funcional, incluindo todas as fontes de energia, baterias de emergência (backup) e seus carregadores, bem como todos demais acessórios para o perfeito funcionamento do sistema.

7.2.7 A Concessionária deverá esclarecer todos os pontos relevantes ao perfeito uso e gerenciamento do estacionamento, tais como período de cobrança, horários especiais de cobrança, áreas de estacionamento, vagas especiais, bolsões de moto e meios de comunicação com as autoridades de trânsito para informação das irregularidades.

7.2.8 A solução de estacionamento a ser instalada deverá estar operante por todo período de funcionamento no município, exigindo-se da concessionária que se cumpra o índice de SLA de 90% de disponibilidade do sistema instalado. A estrutura física deverá possuir sala própria que irá abrigar monitores, teclados, servidores, interfaces digitais e de controle e demais equipamentos e acessórios necessários à implantação do centro.

7.2.9 O sistema deverá ser capaz de realizar emissão de relatórios a qualquer tempo a respeito da taxa de ocupação da área tarifada, taxa de respeito, arrecadação diária, semanal e mensal. A Concessionária deverá, ainda, prestar o serviço de suporte e manutenção junto a equipamentos e sistemas que compõem a estrutura do sistema de estacionamento rotativo, garantindo, assim, a ininterrupção na prestação dos serviços.

7.2.10 O sistema deverá possuir habilitação para o uso de vagas por tempo diferente do limite estabelecido, para atendimento de serviços de utilização especial, deverá ser requerido junto a SEMTRAN - Secretaria Municipal de Transportes.

7.2.11 O requerimento será protocolizado na SEMTRAN - Secretaria Municipal de Transportes, com indicação do serviço a ser realizado, número de vagas necessárias, equipamento a ser empregado e prazo de duração do serviço.

7.3 Características técnicas dos componentes da solução:

7.3.1 Equipamento eletrônico para controle:

7.3.1.1 Interface de comunicação de dados GPRS para envio das informações e transações ocorridas nos equipamentos ao sistema gerenciador de estacionamento rotativo;

7.3.2 Dispositivos computacionais portáteis para fiscalização da área tarifada:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

7.3.2.1 O sistema a ser ofertado pela concessionária deverá ser dotado de dispositivos móveis e portáteis que farão parte integrante da solução e realizarão, basicamente, uma função: Fiscalização/Controle: equipamentos móveis, terminais eletrônicos (ou similares) com transmissão de dados (gprs), para controle da rotatividade, monitoramento e respeitabilidade do sistema pelo tempo de utilização das vagas.

7.3.3 Sistema gerenciador de estacionamento rotativo

7.3.3.1 No ambiente deverão ser hospedados os sistemas, banco de dados e aplicações/serviços necessários para operacionalização do software responsável pela gestão dos dispositivos da solução.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

8.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Concessionária, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

8.4 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços.

8.5 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais estabelecidos na legislação pertinente.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

9.1 Caberá à Concessionária, além das obrigações estabelecidas no Edital:

9.2 Executar os serviços objeto do certame de acordo com a técnica aplicável a trabalhos desta natureza, com zelo e diligência, bem como com rigorosa observância às especificações e anexos do Projeto Básico e dos demais detalhes e ordens que emanarem da Secretaria Municipal de Transporte.

9.3 A exploração comercial deverá observar e se ater às atividades descritas no Projeto Básico.

9.4 Arcar com todas as despesas de transporte, operação e manutenção relativa à mobilização e desmobilização de seu pessoal e equipamento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

9.5 Manter representantes que estarão credenciados a representá-la em todos os atos referentes à concessão. Estes representantes terão como substitutos, em seus impedimentos ocasionais, seus auxiliares diretos, credenciados perante a Secretaria Municipal de Transporte, os quais ficarão também permanentemente no local.

9.6 Na hipótese da Concessionária necessitar substituir seus propostos, deverá informar o nome dos substitutos por escrito à Concedente.

9.7 Facilitar para a Secretaria Municipal de Transportes todos os meios necessários à fiscalização dos serviços, fornecendo toda a documentação requerida.

9.8 Fornecer toda a mão de obra necessária aos serviços objeto deste Contrato, assumindo total responsabilidade pelo pagamento dos salários e demais direitos e vantagens de seus empregados, bem como pelo fiel cumprimento de todas as obrigações e exigências decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária em vigor.

9.9 Nenhum vínculo empregatício se estabelecerá entre os empregados da Concessionária, ou de suas subcontratadas, com a Concedente.

9.10 Respeitar rigorosamente a legislação pertinente e em especial, as normas e diretrizes emanadas do Poder Executivo Municipais.

9.11 Fornecer todos os materiais e equipamentos para os serviços objeto desta concessão, ficando a cargo destas o transporte dos equipamentos de sua propriedade a serem alocados aos serviços, sem nenhum ônus para Concedente.

9.12 Correrão por conta exclusiva da Concessionária quaisquer indenizações por danos e/ou prejuízos causados por ela ou suas subcontratadas à Concedente ou a terceiros.

9.13 A Concessionária será a única responsável pela guarda, dos equipamentos e materiais objeto da presente licitação, bem como das instalações relacionadas, cumprindo-lhe prever e prover o necessário seguro, a fim de acautelar danos ou prejuízos decorrentes de incêndio, raio, explosão, vendaval, danos elétricos, impacto de veículos, responsabilidade civil, queda de avião.

9.14 Obriga-se à Concessionária a manter-se perfeitamente em dia com o pagamento de todas as obrigações fiscais e sociais, inclusive com as contribuições previdenciárias, bem como a exigir das eventuais subcontratadas rigorosa comprovação de idênticas quitações.

9.15 A Concessionária deverá efetuar o pagamento do valor mensal fixado a título de remuneração da concessão, conforme previsto no Projeto Básico.

9.16 Obriga-se a Concessionária a ressarcir os créditos não utilizados pelos usuários, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término do contrato.

9.17 Obriga-se a Concessionária a publicar demonstrações financeiras periódicas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

9.18 A Concessionária obriga-se a substituir ou prorrogar o prazo da garantia oferecida, caso expire a validade da mesma antes do encerramento do contrato.

9.19 Obriga-se a Concessionária em tomar todas as providencias e adotar as medidas necessárias para garantir a adequada e satisfatória operação do sistema, tais como:

- a) Gerenciamento;
- b) Treinamento de pessoal;
- c) Fornecimento de uniformes, equipamentos, materiais de consumo, combustível e impressos;
- d) Confecções de placas de sinalização vertical e horizontal das vagas, atendendo as normas do CONTRAN;
- e) Disponibilização de veículos para a fiscalização;
- f) Outros gastos decorrentes de atividades correlatas a serem desenvolvidas
- g) Manter os usuários permanente e suficientemente informados acerca do funcionamento do sistema.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Pelo descumprimento parcial ou total de qualquer disposição prevista neste instrumento, poderá o Município, garantida a prévia defesa e o contraditório, aplicar às licitantes as seguintes sanções:

I - Advertência;

II –Multa;

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Poder Concedente, por período não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

10.3 A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação para tal.

10.4 No caso de aplicação de advertência, multa por descumprimento parcial ou total de qualquer disposição prevista neste instrumento, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade, caberá apresentação de recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

10.5 Nos prazos de defesa prévia e recurso, será aberta vista do processo aos interessados.

10.6 Os recursos contra a aplicação de penalidades terão efeito suspensivo, visando resguardar o amplo contraditório e o duplo grau de análise.

10.7 A advertência poderá ser aplicada quando ocorrer:

I - Descumprimento parcial ou total de qualquer disposição prevista neste instrumento que não acarretem quaisquer prejuízos para o bom andamento do certame ou para a execução do contrato;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

II - No caso de pequenos transtornos ao andamento do certame, desde que sua gravidade não recomende a aplicação também de multa, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

10.8 O Poder Concedente poderá aplicar à Concessionária multa por descumprimento parcial ou total de qualquer disposição prevista neste instrumento baseada nos seguintes critérios:

I - A Concessionária arcará com multa moratória, no mês de referência da infração, com base nos seguintes parâmetros:

- a) De 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do repasse ao Poder Concedente, por dia de atraso, limitado a 10% (dez por cento), por não iniciar a prestação dos serviços no prazo estabelecido;
- b) De 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do repasse ao Poder Concedente, por dia de atraso, limitado a 10% (dez por cento), para cada etapa de execução prevista neste projeto, caso este seja injustificado;
- c) De 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do repasse ao Poder Concedente, por dia, limitado a 10% (dez por cento), por empregado, a cada ocorrência, que execute as atividades sem uniforme e sem a devida identificação;
- d) De 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do repasse ao Poder Concedente, por dia, limitado a 10% (dez por cento), por não complementar ou substituir os serviços ou produtos que estiverem em desacordo com as características, condições, especificações técnicas e/ou quantidades contratadas estabelecidas;
- e) De 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do repasse ao Poder Concedente, por dia, limitado a 10% (dez por cento), pela utilização de materiais em quantidade e características técnicas inferiores aos informados;
- f) De 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do repasse ao Poder Concedente, por dia, limitado a 10% (dez por cento), por componente da equipe que, a pedido do Poder Concedente, não seja substituído, nos termos do Contrato.

II - A Concessionária arcará também com multa indenizatória de 0,5 % (meio por cento) sobre o valor do repasse ao Poder Concedente, no mês de referência da infração, quando a mesma:

- a) Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;
- b) Desatender às determinações da fiscalização;
- c) Cometer quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais ou municipais, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, tributárias, previdenciárias e sociais;
- d) Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por culpa ou dolo, que venha a causar danos ao Poder Concedente ou a terceiros, independentemente da obrigação da Concessionária em reparar os danos causados;
- e) Não alocar os recursos humanos previstos no Contrato.

III - A Concessionária arcará com multa indenizatória de 1% (um por cento) sobre o valor total deste Contrato se rescindir, sem justificativa, ou transferir, sem prévia permissão, o objeto deste Instrumento Contratual a terceiros, independentemente de ser esta última hipótese causa de rescisão.

10.9 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a licitante da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos e da correção da falha detectada.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

10.10 A multa aplicada à licitante e os prejuízos por ela causados à Secretaria serão cobrados direta ou judicialmente, até o limite dos valores devidos e prejuízos causados ao Poder Concedente.

10.11 Após devidamente processados e julgados eventuais defesas e recursos, a multa aplicada à licitante deverá ser paga no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da decisão final quanto à sanção, sob pena da incidência das consequências contratuais e legais da mora.

10.12 A suspensão temporária poderá ser aplicada quando ocorrer:

I - Apresentação de documentos falsos ou falsificados, bem como qualquer ato fraudulento, ressalvadas a hipótese de aplicação de declaração de inidoneidade;

II - Reincidência de descumprimento parcial ou total de qualquer disposição prevista neste instrumento;

III - Descumprimento parcial ou total de qualquer disposição prevista neste instrumento que acarretem prejuízos para o bom andamento do certame ou para a execução do contrato;

IV - Reincidência na aplicação das penalidades de advertência e/ou multa; e

V - Demais casos previstos em normas legais ou regulamentares.

10.13 A declaração de inidoneidade, estabelecida no inciso IV do item 16.1, nos moldes do parágrafo 3º do artigo 87 da Lei nº 8666/93, é de competência exclusiva do Secretário Municipal de Transportes, e poderá ser proposta constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do certame ou da Secretaria, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízo à Secretaria ou aplicações sucessivas de outras penalidades, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO E DO CONTROLE SOCIETÁRIO DA CONCESSIONÁRIA

11.1 Conforme artigo 27 da Lei nº 8987/95 - A transferência da concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.

§1º Para fins de obtenção da anuência de que trata o caput deste artigo, o pretendente deverá:

I - atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e

II - comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

12.1 A fiscalização do contrato será exercida por três servidores lotados na Secretaria Municipal de Transportes e nomeados pelo Secretário Municipal de Transportes.

12.2 A FISCALIZAÇÃO terá plena autoridade para suspender por meios amigáveis ou não, os serviços, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente por motivos técnicos, de segurança, disciplinares ou outros. Neste caso, os serviços só poderão ser reiniciados por nova ordem da FISCALIZAÇÃO.

12.3 A CONCESSIONÁRIA deverá aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação, controle, ensaio e medição adotados pela FISCALIZAÇÃO em todo e qualquer serviço e operação.

12.4 Ficam reservados à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou não previstos no Contrato e em tudo o mais que de qualquer forma se relacione ou venha a se relacionar direta ou indiretamente, com os serviços em questão. Em caso de dúvida, a FISCALIZAÇÃO submeterá o assunto à instância superior.

12.5 A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminuem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONCESSIONÁRIA no que concerne às instalações e serviços, sempre de conformidade com o Contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

12.6 A CONCESSIONÁRIA deverá permanentemente prover dos meios, à disposição da FISCALIZAÇÃO, necessários e aptos a permitir a verificação dos serviços, bem como a inspeção dos equipamentos, independentemente das inspeções agendadas.

12.7 A CONCESSIONÁRIA deverá informar à FISCALIZAÇÃO, por escrito, quaisquer condições significativamente diferentes das indicadas nos projetos ou que possam vir a alterar os prazos executivos, quantidade e qualidade dos serviços e obras controlados, antes que tais condições sejam alteradas.

12.8 A FISCALIZAÇÃO poderá exigir, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas pela CONCESSIONÁRIA providências suplementares necessárias à segurança e ao bom andamento dos serviços.

12.9 De acordo com as necessidades da FISCALIZAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá facilitar as atividades de outros órgãos e concessionárias que venham a prestar serviços no local estabelecidos para o estacionamento rotativo.

12.10 Auditoria e Verificação

12.10.1 A Concedente poderá conferir e auditar o sistema em funcionamento, acessando os registros das transações operacionais e os pontos de controle e verificação, bem como todos os registros e controles administrativos referentes à exploração dos serviços objeto desta Concessão.

12.10.2 A Concessionária deverá ter registro atualizado da quantidade de vagas de estacionamento discriminadas por zonas, ruas, equipamentos eletrônicos e trabalhos de sinalização efetuados.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

12.11 Capacidade de Expansão e Atualização

12.11.1 Os parâmetros e abrangência funcionais atualmente definidos neste Projeto Básico poderão ser objeto de revisão futura pela Concedente, em função da experiência adquirida com a implantação de equipamentos eletrônicos e uso do sistema de estacionamento rotativo, bem assim considerando as eventuais necessidades de adequação para melhor atendimento à demanda de prestação de serviços aos usuários, respeitando o equilíbrio econômico financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA

13.1 A Concessionária assumirá plena responsabilidade pelos serviços prestados, abrangendo a qualidade, bem como a eventual necessidade de substituição daqueles que não se apresentem em condição de uso necessário para o cumprimento das obrigações contratuais.

13.2 A licitante vencedora deverá manter e reapresentar a garantia de 0,5% (zero virgula cinco por cento) no valor estimado da licitação, na assinatura do contrato, em uma das modalidades previstas no artigo 56, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93. Seus reforços poderão ser igualmente prestados nas modalidades previstas no § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

13.3 A garantia contratual prestada pela licitante vencedora somente será restituída após integral cumprimento do Contrato, podendo ser retida, se necessário, para quitar eventuais obrigações da licitante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 A execução do contrato ora previsto, em face de sua modalidade e forma de operação dispensa previsão ou dotação orçamentária, sendo a empresa concessionária remunerada diretamente da execução do contrato, não gerando nenhum custo para a municipalidade, posto que os serviços serão remunerados diretamente pelo condutor/proprietário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REAJUSTE

16.1 A tarifa, por ato do Chefe do Poder Executivo, poderá ser reajustada anualmente pelo IPCA ou índice que vier a substituí-lo ou corrigida após um ano de contrato e após demonstrado pela concessionária, através de planilha própria, que existe desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

17.1 A inexecução total do Contrato ensejará a sua rescisão, que poderá ser: por ato unilateral da CONCEDENTE; amigável, por acordo entre as partes, ou judicial, por determinação judicial.

17.2 As hipóteses de rescisão e inexecução serão regulados pelas disposições contidas nos artigos 78 a 80 da Lei 8666/93.

17.3 A CONCEDENTE poderá rescindir o contrato de Concessão, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei 8666/93, sem que caiba a CONCESSIONÁRIA qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se mostrarem cabíveis em processo administrativo regular.

17.4 Em todos os casos a rescisão será formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, na forma do parágrafo único do artigo 78 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO

18.1. A contratação pretendida será regulamentada pelo conjunto de leis, decretos e demais instrumentos aplicáveis, dentre eles destacamos: Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações, Lei Federal nº 8.987/95 e alterações, Lei Municipal nº 1.251/21, Decreto Municipal nº 374/2022 e todos dispositivos contidos no Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

19.1. Ficam reservados à Comissão de Fiscalização o direito e autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto neste instrumento, nas especificações, e em tudo que se relacione, direta ou indiretamente com o serviço objeto deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o presente Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

20.2. A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculado à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de atos da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

20.3. É prerrogativa do **CONTRATANTE** as disposições previstas no Art. 58, da Lei nº 8.666/93.

20.4. O ato convocatório desta licitação e seus anexos integram este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1 Obriga-se a CONTRATADA, por si e seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as condições estabelecidas neste instrumento, ficando desde já, eleito o foro da Comarca de São Gonçalo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento.

Para firmeza e validade do que ficou estipulado, as partes contratantes assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

São Gonçalo, ____ de _____ de 2022.

CONCEDENTE

Secretaria Municipal de Transportes

CONCESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

Assinatura:

Nome: _____

CPF: _____

Assinatura:

Nome: _____

CPF: _____